

comunicado

Comunicado

Quando no dia da tomada de posse do anterior Governo do Exmo. Primeiro-ministro Eng. José Sócrates foi pelo mesmo anunciado que o mal da justiça estava encontrado e que basicamente residia na falta de produtividade dos juizes, ficou claro para todos que algo de extraordinário se passava.

Na verdade estava em curso um processo judicial, que ficou conhecido pelo processo Casa Pia, e cujos magistrados responsáveis tiveram a ousadia de, de acordo com a lei, note-se, incomodar personalidades muito queridas do Senhor Primeiro-ministro.

E tanto assim era que, depois desse primeiro “aviso público”, seguiu-se uma apressada alteração das leis penais para que nada de semelhante se voltasse a repetir.

Mas a saga continuou, e, não obstante, o que antes era verdade deixou depois de o ser – e referimo-nos às férias judiciais – decidiu o Governo do Partido Socialista tomar mais medidas para acabar de vez com os “privilégios” desta classe tão ingrata: Os serviços sociais do Ministério da Justiça deixaram de abranger os juizes, legislou-se para responsabilizar directamente os juizes pelas suas decisões, modificou-se o sistema de progressão na carreira etc. etc.

Agora, e em nome de um esforço patriótico de salvação nacional, decidiu o governo do Senhor Primeiro-ministro Eng. José Sócrates retirar aos Juizes, não 10% mas sim, exemplarmente, 18% do seu rendimento mensal.

Bom, sendo os juizes pouco mais de 1500 magistrados, está bom de ver que o seu esforço poderá muito bem ser a solução para anos e anos de desperdício e de políticas desastrosas na aplicação dos dinheiros da justiça.

Tomemos apenas dois exemplos de causas para a desastrosa situação financeira em que Portugal se encontra.

Milhões de euros gastos no pomposo sistema Citius.

Citius esse o salvador, o expoente máximo da tecnologia, o mais perfeito sistema de organização processual, o que ia acabar de vez com os atrasos na justiça.

Citius esse que, conforme se desconfiava e agora finalmente comprovado por peritos independentes, permite que um cidadão com bons conhecimentos informáticos possa alterar uma decisão do juiz.

É verdade caros colegas.

Em nome da nossa dignidade e da dignidade do sistema o Citius deve ser de imediato abandonado.

Mas não ficamos por aqui quanto ao

esbanjamento de milhões e milhões de euros na justiça.

Pergunte-se quem negociou e decidiu alojar a maioria dos Tribunais da Comarca de Lisboa no chamado Campus da Justiça?

Sabe-se que não tem condições de trabalho, sabe-se que os juizes criminais sobem aos seus gabinetes juntamente com os presos que vão julgar, sabe-se que as salas de audiência não tem qualquer dignidade, sabe-se que há mais dias sem rede net do que com rede, sabe-se que as janelas para o exterior não existem e que os sistema de ar condicionado está frequentemente avariado e.... sabe-se que se paga um milhão de euros mensais pela renda do complexo.

Pois bem. Para quem ainda não percebeu que se chegou ao fim da linha, então nada a fazer. Para os outros que já perceberem que estão a exercer a profissão mais odiosa para este Governo então talvez fosse conveniente começarem a tomar algumas decisões em prol da sua independência e dignidade, em prol de uma justiça séria e credível.

O MJD apela a todos os juizes portugueses que se unam em torno da sua Associação Sindical e que tomem uma atitude séria e corajosa. Basta.

